

## ***Biografias de uma acção: uma leitura da tragédia***

**David Antunes**

Num ponto preliminar, gostaria de precisar melhor o título desta conferência, uma vez que não pretendo proceder a uma leitura da tragédia, ou de alguns aspectos da tragédia, mas sim a uma interpretação de algumas passagens da *Poética* de Aristóteles que, a meu ver, falam essencialmente de acção e da mimese da acção na tragédia. Portanto, suponho que um subtítulo mais adequado para a minha conferência seria «uma leitura da *Poética*». Esta leitura implica algumas considerações acerca de tragédia, aspecto que não me interessa particularmente, e algumas considerações acerca do significado de acção, e acerca do que é «uma acção» ou simplesmente «acção», aspectos que me interessam muito. Por outro lado, na expressão «Biografias de uma acção», o complemento determinativo — «de uma acção» — deve ser entendido como indicando simultaneamente a posse (i. e., no sentido em que uma acção, tal como uma pessoa ou uma personagem, pode ter «biografias», a acção é aqui uma espécie de ser vivo autónomo com uma história) e a matéria (i. e., no sentido em que numa biografia ou biografias sobre uma pessoa ou uma personagem ou personagens é descrita apenas uma acção). Em qualquer dos casos, o conceito «biografias» é aqui muito extenso e não se refere apenas e essencialmente ao texto de género biográfico e autobiográfico, mas reporta-se genericamente a textos em que se procuram explicar e descrever acções (podem, por conseguinte, ser textos dos géneros referidos, mas também tragédias, e até textos analíticos sobre acção, longos, um tratado de ética, ou curtos, a resposta à pergunta «Porque é que fizeste isso?», por exemplo).

A *Poética* de Aristóteles lembra-me às vezes um livro de receitas culinárias, escrito por cozinheiros pragmáticos que, no entanto, é lido sobretudo por principiantes com aspirações a cozinheiros aprimorados. Não admira por isso que as expectativas e o orgulho dos segundos, relativamente à sua proficiência, em potência e em acto, interpretem o texto no sentido de justificarem o seu enlevo profissional e magnânimo, e a clareza dos objectivos dos primeiros, dos quais é duvidoso que «aprender a fazer tragédias» fizesse parte, dependa consideravelmente da observância de resultados que nem uns nem outros, no entanto, tiveram oportunidade de observar realmente. E, no entanto, da consideração precedente, nem se quer implicar que Aristóteles não sabe o que é a tragédia, nem que a carreira da teoria assenta em sucessivos erros de leitura, quer-se apenas sugerir que, por vezes, a fortuna de um texto advém do desencontro entre as expectativas do autor e dos leitores.

Encontra-se, assim, uma justificação para mitigar a dimensão da surpresa perante a quantidade de coisas enigmáticas que Aristóteles diz, ou nós julgamos que diz, acerca da tragédia, e face ao conseqüente discurso artístico, crítico e filosófico que tenta perceber o que possam ser essas coisas. Nesta conferência, vou assinalar três coisas enigmáticas que, para mim, são especialmente relevantes, tentar perceber o seu sentido / sentidos e explorar as relações possíveis que estabelecem entre si. Neste processo, espero poder fazer algumas considerações acerca do significado de «acção» e sobre identidade pessoal.

- i) Em 1459a17, Aristóteles diz: «Quanto à imitação narrativa e em verso, é claro que o mito deste género poético deve ter uma estrutura dramática, como o da tragédia; deve ser constituído por uma acção inteira e completa, como princípio meio e fim, para que una e completa, como um *animal*, venha a produzir o prazer que lhe é próprio.» A tragédia representa por conseguinte uma única acção una e completa, i.e., com princípio, meio e fim, como uno e completo é um animal. Ao contrário, do que acontece com outros aspectos igualmente considerados muito importantes na *Poética*, por exemplo, o significado de catarse, Aristóteles apresenta outras considerações que parecem contíguas desta, embora não a esclareçam especialmente. Uma delas constitui o meu segundo aspecto enigmático.
- ii) Na sequência de 1450a15, onde se diz que «a tragédia não imita os homens mas uma acção e a vida», Aristóteles corrige, em 1451a16-19, os que centram a unidade do mito na ilusão de que tal se obtém se o mesmo se referir a uma só pessoa, dizendo que «Muitas são as acções que uma pessoa pode praticar, mas nem por isso elas constituem uma acção una.» Deduz-se por conseguinte que a «uma acção», que a tragédia imita ou representa, decorre não necessariamente da representação das acções de uma pessoa, mas a) da representação de uma acção que pode resultar de uma escolha das acções de uma pessoa, b) da equação entre as acções de várias pessoas ou caracteres ou, e ainda mais surpreendentemente, c) da representação de uma acção na ausência de pessoas e caracteres que são, no entanto, os candidatos mais plausíveis para agentes: «sem acção não pode haver tragédia mas ela pode existir sem caracteres» (1450a23).
- iii) O terceiro aspecto que quero referir é provavelmente o mais conhecido de todos e o que me interessa menos. Trata-se da afirmação, em 1451b6-10, segundo a qual a tragédia ou a poesia, por oposição à história, representa o universal e não o particular: «a poesia é mais filosófica e mais elevada do que a história, uma vez que a poesia se reporta mais ao universal, enquanto a história diz respeito ao particular. ‘Universal’ significa o tipo

de coisas que são apropriadas a um determinado tipo de pessoa dizer ou fazer, em termos de probabilidade e necessidade: a poesia tem por objectivo isto, ainda que dê nomes aos agentes<sup>i</sup>.»

Suponho não ser complicado perceber algumas dificuldades imediatas destas passagens. No primeiro caso, torna-se difícil compreender, considerando os exemplos disponíveis, que de facto a «uma acção» que a tragédia representa, preceito aliás que toda a imitação narrativa em verso deve também ter como paradigmático, por exemplo a *Ilíada* e a *Odisseia* (aspecto muitas vezes esquecido pelos comentadores, ao ler esta passagem), é apenas uma. Que acção é esta? Como se escolhe? Como é possível escolhê-la? É uma acção realizada ou é um conjunto de acções realizadas que estabelecem uma relação? É uma acção que, independentemente de ser o resultado de várias acções, realizadas ou não por uma só pessoa, se reporta à responsabilidade de um ou mais do que um agente?<sup>ii</sup>

No segundo caso, dá-se uma maior expressão à primeira dificuldade, uma vez que se diz que a vida de um homem tem várias acções, mas destas não decorre necessariamente uma acção, e acrescenta-se um aspecto adicional: a sugestão de que esta acção pode existir na ausência de caracteres (portanto agentes: seja ou não a sua ontologia – personagens ou pessoas – objecto de escrutínio, e a meu ver esta é uma questão despicienda e menor).

No terceiro caso, pensamos imediatamente no conflito entre a natureza das acções da tragédia e as nossas próprias acções e, só com muita dificuldade e com a ajuda de Freud, é que aparentemente eu me posso rever na suposta universalidade representativa da tragédia. A meu ver, se há algo de universal, ao qual a tragédia se refere, é ao erro como elemento constitutivo da acção, mas, ao mesmo tempo, o discurso crítico habitual esforça-se em demonstrar que os sujeitos trágicos se encontram determinados e que, por conseguinte e em última análise, o erro não existe, uma vez que não existe uma deliberação autêntica.

Existe um conjunto de respostas conhecidas às dificuldades colocadas pela consideração de que uma tragédia representa apenas uma acção. Talvez a mais tradicional consista na tradução desta indicação no preceito dramático conhecido pela expressão «unidade de acção»: a unidade de acção supõe uma resolução que submete a variedade menor ou maior das acções apresentadas (ou disponíveis) a uma unidade (sendo esta unidade a «uma acção» de Aristóteles). Esta unidade de acção é, penso eu, determinada pela observância de critérios de causalidade, de critérios temporais e espaciais (normalmente surge associada às ideias de unidade de tempo e de espaço), de critérios estilísticos e

temáticos (os agentes, subordinados a uma qualquer tipologia de caracteres ou personagens, realizam um mesmo tipo de acções as quais provocam uma tipologia, igualmente reconhecível, de reacções, etc.). Aparentemente, a observância destes e de outros critérios contribui para o cumprimento dos critérios de verosimilhança e necessidade tão importantes para Aristóteles. Não acho que esta leitura de Aristóteles esteja necessariamente errada e parece-me até que o próprio autor conduz para ela sobretudo quando, como é descrito no segundo aspecto que assinalei, nos diz que a vida de um homem consiste em muitas acções mas que, desta multiplicidade, não decorre necessariamente uma acção, sendo por conseguinte, acrescento eu em favor desta tese, necessário encontrar uma unidade que obedeça aos critérios de verosimilhança e necessidade. O problema, no entanto, é que a unidade da acção não é obviamente uma acção, mas a unidade de muitas acções, portanto algo que é mais como um ecossistema (literalmente, o sistema dentro de uma casa, uma trama, um enredo, uma *plot*), do que como um animal, que visto como algo enredado seria inadmissível para Aristóteles<sup>iii</sup>. Por outro lado, se esta acção não permite a aplicação de um princípio de individuação claro e supõe uma espécie de contiguidade entre muitas acções que podem no entanto ser uma só, torna-se difícil fazer um exercício analítico da acção e responder a questões importantes que se relacionam quer com a atribuição da acção X a um agente, quer com a escolha e a decisão de fazer X, uma vez que este X é algo instável e dinâmico, cuja unidade, ou falta dela, só é, em última análise, passível de ser determinada *a posteriori*, uma vez que no processo de realização das acções faltará sempre ao agente uma perspectiva da totalidade. No limite, pode dar-se o caso de o agente nunca saber exactamente por que razão está realmente a fazer as suas acções, não estar a realizar aquilo que na realidade vai identificá-lo face à vida e estar isso a ser realizado por outras pessoas, ou estar sempre a fazer uma outra coisa que não aquela que pensa e julga que está a fazer. No melhor dos casos desta situação limite, o agente acerta, sem perceber como, na realização da ‘uma acção’<sup>iv</sup> e, no pior dos casos, não realiza mais do que uma parafernália de acções não equacionáveis, num princípio unitário, de onde resulte uma acção, independentemente de essas acções serem fruto ou não de uma escolha e decisão, que cumprem o critério de uma verdade prática, como diz Anscombe em «Practical truth»<sup>v</sup>. Nenhum dos casos, a meu ver, tem consequências directas no facto de esse agente vir ou não a ser feliz, i. e., parece que ele pode ou não ser feliz num e noutra caso, sendo portanto claro que não é a felicidade que se oferece como fim unitário da acção que a tragédia representa, uma vez que isso implicaria dizer que Édipo é feliz independentemente do que lhe aconteceu, o que julgo ser uma sugestão estranha<sup>vi</sup>. Suponho que este aspecto contribuiu

para a tese segundo a qual o conceito de acção, a uma acção, de que se fala na *Poética*, não é coincidente com o conceito de acção de que se fala nas *Éticas*, onde parecem ser consideradas acções, cuja individuação não coloca aparentemente problemas, i. e., em que uma acção não precisa de mais nada para que seja uma acção, como sugere D. Davidson em «Problems in the explanation of action»<sup>vii</sup>. Esta questão tem supostamente uma dimensão ontológica, que a meu ver é, no entanto, sobretudo, pragmática, e normalmente suscita outras distinções nomeadamente entre pessoas e personagens, por exemplo: o que as personagens fazem não tem o mesmo estatuto e não é igual ao que pessoas fazem, etc. Ora este aspecto é, a meu ver, problemático, porque ignora claramente o facto de Aristóteles não fazer em lugar nenhum, da *Poética* ou das *Éticas*, uma clara qualificação do que entende por acção na tragédia, para além de dizer que esta representa uma acção. Este aspecto não se deve a mais uma lacuna da *Poética*, mas ao simples facto de que para Aristóteles essa qualificação não é necessária uma vez que é concomitante com o estabelecido nas *Éticas*. Por outro lado, é também problemático, porque parte do princípio que a correcta definição de acção em Aristóteles, a sua filosofia da acção, digamos, se encontra na *Ética a Nicómaco*, ou nas outras duas *Éticas*, quando claramente esse aspecto não é o objecto fundamental das *Éticas*, como podemos perceber da leitura do Livro I da *Ética a Nicómaco*. A *Ética* é entendida como sendo uma parte da Política e esta é, nas palavras de H. Rackham na «Introdução» à sua tradução da *Ética a Nicómaco*, a ciência sobre a felicidade e o bem do homem, realizando-se esta ciência prática na determinação do que é a Felicidade e como esta é atingível e na consideração de que a felicidade não é um produto da acção, mas uma actividade conforme à virtude<sup>viii</sup>. Com isto não estou a dizer obviamente que o estudo da acção não é um aspecto essencial da *Ética a Nicómaco* e que a definição de acção se encontra na *Poética*, o que estou a dizer é que as considerações acerca de acção, num e noutros tratados, são tentativas de descrição e definição de uma mesma coisa, parecendo aliás que existe um evidente paralelismo entre o conceito «actividade conforme à virtude», da *Ética*, e o conceito «uma acção» da *Poética*, independentemente de esta última ser ou não conforme à virtude e, conseqüentemente, conduzir ou não à Felicidade.

Aristóteles, ele próprio, oferece uma interpretação de «uma acção», insistindo na sua completude, tem princípio, meio e fim, e na sua totalidade, é um todo, i. e., a acção, que a tragédia representa, esgota-se em si mesma, e este aspecto devia precluir, desde logo, qualquer teoria sobre o aproveitamento moral da tragédia na vida quotidiana, como sua justificação instrumental e ética. Por fim e como é habitual, Aristóteles sugere um critério para testar esta totalidade, finalidade e completude: esta «uma acção» é ou deve ser como

um animal<sup>ix</sup>, no sentido em que este não tem coisas a mais ou a menos e é, por isso, necessário. O facto de ser necessário, i. e., não poder ser de outro modo, não significa que, a julgar por outra passagem da *Poética*, todos os animais sejam adequados para testar a totalidade e a completude auto-suficientes de uma tragédia e da acção por ela representada. Na verdade, um animal minúsculo, um mosquito, e um animal muito grande, um cachalote, por exemplo, embora aparentemente completos e totais, não são exactamente bitolas adequadas para aferir da completude e totalidade da acção que pretendemos perceber. A razão por que mosquitos e cachalotes não servem como critérios para verificar a exactidão da acção que a tragédia representa deve-se a limitações visuais e mnésicas. No excessivamente pequeno e no muito grande não se percebe o princípio, o meio e o fim, contidos no mesmo todo, e por isso a descrição retrospectiva desses animais é confusa, como confusa é a sua percepção. Diz Aristóteles, a propósito da correcta extensão da tragédia, falando no entanto acerca da beleza dos animais e das coisas:

Além disso, um objecto belo, seja este um animal ou outra coisa, com uma estrutura composta de partes, supõe não só uma ordem nestas partes mas também uma extensão [/ magnitude] apropriada: a beleza consiste na extensão e na ordem, razão pela qual não há beleza num animal que é ou minúsculo (uma vez que a sua contemplação [*theōria*], verificando-se num momento fugaz, não é distinta) ou gigantesco (uma vez que a sua contemplação não é coesa, pois os que o contemplam perdem o sentido da sua unidade e totalidade). Assim, tal como para os nossos corpos e para os animais, a beleza exige uma certa magnitude, mas uma magnitude que possibilita uma percepção coerente, também para os mitos [tragédia, acção] se exige uma certa dimensão, uma que possa ser coerentemente lembrada. (...) Para ser breve e claro: trata-se de uma dimensão que possibilite que se verifique uma transformação, numa sequência provável de acontecimentos, da adversidade para a prosperidade ou da prosperidade para a adversidade, sendo este o limite suficiente da magnitude [da tragédia].<sup>x</sup>

Não obstante o tom conclusivamente pragmático do final da passagem, que parece não fazer jus à complexidade do paralelismo que a precede, parece-me, no entanto, claro que o problema reside menos na dimensão dos animais, sejam eles de que dimensão forem, do que na capacidade da *theōria* e dos mecanismos da memória e suas potencialidades. Assim, alterações de ponto de vista, adjuvantes ópticos, lupas, diferentes perspectivas e auxiliares de memória, por exemplo o domínio de mecanismos narrativos e sintácticos, tornam relativas as qualificações de excessivamente pequeno e grande, como tornam igualmente relativas as noções de unidade, completude e totalidade de uma acção, ou de uma tragédia, ou de uma pessoa, ou de felicidade de uma pessoa. O argumento de Aristóteles desloca-se para o fim, i. e., para o momento da compreensão de um todo e a presunção é a de que, se este é o fim então x, y e z têm de se ter verificado e cabe ao olhar e à memória estabelecerem a sua coerência, quer dizer, a sua unidade e estruturação sintáctica. Esta coerência e unidade não correspondem a uma necessidade

inapelável, ou a um conjunto de prescrições técnicas sobre como fazer x, mas antes à viabilidade sintáctica de um determinado curso de uma necessidade hipotética<sup>xi</sup>, cujo sucesso depende da realização e compreensão de um texto explicativo da acção. O que uma acção é define-se *a posteriori* a partir da possibilidade interpretativa ou não de quem pretende explicar essa acção ou de quem pretende compreendê-la. É por esta razão que Aristóteles exclui a irracionalidade, o *alogon*, do olhar do teórico, quer dizer, do espectador, e da tragédia e não necessariamente porque a sua exibição seja ofensiva ou pornográfica. Faz agora sentido tomar como definição de uma acção a sugestão de R. Bittner em «One action»: «One action is the unit of meaningful activity»<sup>xii</sup>, sendo que a continuidade desta actividade, não precludendo, todavia, a individuação de cada parte da acção, torna sempre cada parte uma coisa que não é exactamente ela, porque o seu fim está para lá dela ou é um outro, mesmo que o agente não saiba isso, e no caso da tragédia, regra geral, não sabe. Por outro lado, evidentemente, esta é uma resposta ilusória no sentido em que não há nada que seja definitivamente uma unidade completa de sentido, é-o segundo uma dada descrição de acção, quer dizer em termos relativos e não absolutos<sup>xiii</sup>. Em todo o caso, parece que, sendo uma acção aquilo que a tragédia representa, esta resulta sempre de um processo de redução que retira ao agente a ilusão daquilo que se poderia considerar «uma vida preenchida», observação exemplarmente demonstrada pela admonição de Tirésias a Édipo: «Este dia te fará nascer e morrer.» Assim, o que Aristóteles diz acerca da acção trágica parece-nos oferecer uma versão disfórica do que é a nossa identidade pessoal: ou ela é tão recortada e cindida por acções variadas que não permitem a coerência de uma narrativa sobre a nossa vida e, por conseguinte, sobre o nosso Eu<sup>xiv</sup>, ou então no esforço de nos criarmos como um Eu, temos de encontrar uma coerência narrativa entre diferentes acções que implicam a exclusão de uma boa parte das nossas acções ou que implicam a inclusão de acções que efectivamente não realizámos ou que poderíamos ter realizado: aquilo que eu sou não é tanto o que realmente sou, mas o que não sou ou o que poderia ter sido<sup>xv</sup>. Aquilo que eu sou realiza-se numa acção que se autonomiza face à minha vontade e que todavia tenho de entender como minha. É isto uma descrição do destino ou da necessidade? Nem uma nem outra, é antes a compreensão de uma espécie de patologia congénita da nossa vida moral e da acção.

As últimas observações anunciam alguns modos de resolução dos problemas suscitados pelo segundo e terceiro aspectos enigmáticos que assinalai atrás, a saber: o de poder haver tragédia na ausência de caracteres, mas não na ausência de acção, e o de ser

a tragédia a representação do universal, i. e., do que um certo tipo de pessoa devia ter feito ou dito. De facto, Aristóteles parece sugerir que a noção de identidade de um Eu é incompatível com o que as nossas vidas são, um conjunto muito variado de acções, cuja unidade só é susceptível de ser aferida muito depois da morte de cada pessoa, depois de adquirirmos uma perspectiva privilegiada e de talvez termos esquecido muito do que determinada pessoa fez e de rescrevermos muitas das suas acções, tomando como referência aquilo que ela não chegou sequer a conhecer ou a planificar, como se sugere numa passagem da *Ética a Nicómaco*, a propósito da felicidade<sup>xvi</sup>. Assim, a universalidade almejada pela acção só é possível de realizar na abstracção dos caracteres e das pessoas que são particulares, apesar de, como concede Aristóteles, atribuímos nomes, e portanto uma autoria agencial, ao realizar destas acções universais. Na realidade, era como se, para ser Eu, tivesse de abdicar daquilo que vou fazendo ao longo da minha vida ou do que me acontece, deixando-me constituir por uma história que tem os nomes de outras pessoas e acções, que também não lhes pertencem, mas que podiam muito bem pertencer-lhes. Este aspecto, especialmente elíptico, encontra, no entanto, eco na importância que Aristóteles dá na *Ética a Nicómaco* a uma conduta ética que é fundamentalmente imitativa<sup>xvii</sup>.

Para finalizar, gostaria de fazer duas sugestões que não posso contudo explicar e desenvolver com a propriedade que lhes seria devida. A primeira é a de que a uma acção que a tragédia representa não pode ser avaliada considerando as acções que são apresentadas, independentemente do seu grau de universalidade, completude e unidade, uma vez que, tal como os nomes que são atribuídos às personagens, também elas serão inevitavelmente particulares, numa circunstância específica. Esta acção que a tragédia imita é a própria acção da realização dramática da tragédia, no contexto circunscrito de um teatro, incluindo a verificação dos seus efeitos emotivos no público: os tão discutidos medo e piedade e a catarse destas emoções. Se assim for, a tragédia é estritamente autotélica e as acções representadas são um exemplo de uma imitação do seu próprio modo de execução dramática, onde existe de facto um princípio, meio e fim, como num quadro onde a moldura impede que as figuras ultrapassem os limites que lhes foram impostos. Esta leitura despromove qualquer tentativa de educação moral, ética ou emocional, a partir da tragédia e privilegia o segundo sentido de *dzōon* que já referimos.



A segunda sugestão consiste na ideia de que, por um lado, a consideração da acção, em termos analíticos, só pode resultar se considerarmos uma individuação das acções, que pode ser sempre considerada artificial, sendo este o aspecto que decorre fundamentalmente da leitura do estudo da *Ética a Nicómaco*. Por outro lado, a consideração da acção, em termos éticos, só parece ser possível se considerarmos as nossas acções, num contexto mais vasto de uma acção compósita, e fundamentalmente exclusiva, uma actividade a que podemos chamar vida, como percebemos a partir da consideração do significado de acção na *Poética*. Se num caso, aprendemos a agir e ler acções, no outro, a nossa verdadeira vida, aquela que não vivemos, nem podemos viver, passa-nos à frente dos olhos e o que somos é inventado.

## BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES, *Nicomachean Ethics*, trad. H. Rackham, Cambridge, Mass., London, UK: Harvard UP, LOEB Classical Library, 1926, 1934.

\_\_\_\_\_ *Poetics*, trad. Stephen Halliwell, Cambridge, Mass., London, UK: Harvard UP, LOEB Classical Library, 1995.

ANSCOMBE, G. E. M., «Practical truth», in *Human Life, Action and Ethics — Essays by G. E. M. Anscombe*, ed. By Mary Geach and Luke Gormally, Exeter, UK, Charlottesville, USA: Imprint Academic, 1993, 2005, 149-158.

BITTNER, Rüdiger, «One action», in: *Essays On Aristotle's Poetics*, ed. Amélie Oksenberg Rorty, Princeton: Princeton UP, 1992, 97-110.

DAVIDSON, Donald, «Paradoxes of irrationality», in *Problems of Rationality*, Oxford: Clarendon Press, 1982, 169-187.

\_\_\_\_\_ «Problems in the explanation of action», in *Op. Cit.*, 1987, 101-116.

GALLOP, David, «Animals in the Poetics», *Oxford Studies in Classical Philosophy*, 8, 1990, 145-171.

WILLIAMS, Bernard, «Moral luck», in *Moral Luck*, Cambridge: Cambridge UP, 1981, 20-39.

---

<sup>i</sup> I. e., ainda que particularize os agentes.

<sup>iii</sup> *Oykos + σὸστημα*, uma casa é um todo contido, completo, mas implica sempre uma perspectiva limitada e por isso imprevisível. Não é por isso necessariamente orgânica: há quartos escuros, caves e sótãos.

<sup>iv</sup> Este aspecto convoca para a discussão a questão de sabermos se a sorte, não o destino, é um ingrediente fundamental da moral. Ver a este propósito o ensaio de Bernard Williams «Moral luck». Talvez no entanto aqui devêssemos rescrever a expressão de Bernard Williams, sugerindo que se trata de uma «poetic luck». A implicação, evidentemente, é que esta «poetic luck», a verificar-se, acontece na tragédia e na vida.

<sup>v</sup> Anscombe, «Practical truth», 155.

<sup>vi</sup> Trata-se de uma sugestão estranha, mas não propriamente inoportuna. Não é claro que o carácter de Édipo tenha sido afectado pelas acções realizadas, uma vez que estas foram realizadas na suposição de cumprirmos um bem, que constituía o fim dessas acções.

<sup>vii</sup> «Let me begin by answering Wittgenstein's famous question: what must be added to my arm going up to make it my raising my arm? The answer is, I think, nothing. In those cases where I do raise my arm, and my arm therefore goes up, nothing has been added to the event of my arm going up that makes it a case of my raising my arm. Just possibly, however, something must be subtracted from my arm going up to make it a case of my raising my arm» (...) D. Davidson, «Problems in the explanation of action», 101. O final enigmático de Davidson remete essencialmente para tudo o que decorre de uma visão cartesiana da acção que acrescenta a eventos exteriores (acções) acontecimentos interiores (intenções, etc.) que justificam, na realidade, que esses eventos exteriores sejam acções em sentido pleno. Ora é claro que, embora para Aristóteles haja intenções, desejos e deliberações, que a acção manifesta, isto não quer dizer que eles existam independentemente da acção. De facto, eles estão na acção.

<sup>viii</sup> Este aspecto é aquilo que determina que Édipo de facto possa ser feliz independentemente do que fez e dos erros que cometeu, uma vez que não é claro que a sua vida não tenha sido conforme à virtude.

<sup>ix</sup> As dificuldades que esta comparação suscita conduzem a maior parte dos tradutores a optar por «organismo vivo / ser vivo» para ζῷον. Stephen Halliwell, na edição Loeb da *Poética*, traduz por «animal», a minha tradução seria também «animal», dada a clara orientação zoológica e biológica da estrutura e dos princípios da *Poética*. A palavra também pode significar, contudo, a figura de um animal pintado numa tela, aspecto que, como mais à frente sugiro, não é totalmente despidendo na compreensão que faço da passagem.

<sup>x</sup> Aristóteles, *Poética*, 1450b35-1451a15, ênfase e parênteses rectos meus.

<sup>xi</sup> Sobre o conceito de «necessidade hipotética», ver David Gallop, «Animals in the Poetics».

---

<sup>xii</sup> Rüdiger Bittner, «One action», 99.

<sup>xiii</sup> É por isso que uma explicação de uma acção é a explicação de uma acção segundo o ponto de vista de o agente que a realiza ou de alguém que a tenta perceber. É uma resposta a «Porque fizeste isso?» ou «Porque aconteceu isto?» O facto de, regra geral, as duas coincidirem (os dois pontos de vista) — e portanto de certas perguntas serem completamente absurdas e de certas explicações serem pleonásticas — não quer dizer que aquela acção não seja muitas outras unidades possíveis de *meaningful activity*, mais insuspeitas, mas hipoteticamente mais coerentes ou pelo menos, igualmente plausíveis, se considerarmos um fim mais diferido, por exemplo. Se me perguntarem o que estou a fazer, posso muito bem dizer que estou a fazer uma conferência sobre o conceito de ‘uma acção’, ou então que me estou a exercitar no domínio da sintaxe em português, ou que estou a tentar impressionar a minha assistência ou alguém da minha assistência com a minha proficiência retórica. A questão de estas respostas serem verdadeiras ou falsas é aqui absolutamente irrelevante, porque todas podem ser verdadeiras e todas podem ser falsas. O mesmo pode ser dito acerca de critérios para decidir qual das respostas é neste momento a melhor para descrever a minha acção.

Anscombe dá um exemplo de como a acção de se ter perdido um prego da ferradura pode ser descrito como ter perdido a guerra:

Por se ter perdido um cravo, perdeu-se a ferradura.  
Por se ter perdido a ferradura, perdeu-se o cavalo.  
Por se ter perdido o cavalo, perdeu-se o cavaleiro.  
Por se ter perdido o cavaleiro, perdeu-se a missiva.  
Por se ter perdido a missiva, perdeu-se a batalha.  
E tudo por se ter perdido o cravo da ferradura.

«Practical truth», 150.

<sup>xiv</sup> Este aspecto é ainda mais evidente se considerarmos que, ao contrário do que acontece na tragédia, a vida dos homens parece estar cheia de acções que se constituem como resultado da irracionalidade, seja na formação de crenças, seja na realização de acções, sendo, por natureza da irracionalidade, impossível criar um padrão dessa irracionalidade humana sem considerarmos a divisão do Eu e por conseguinte da nossa identidade. Ver a este propósito Donald Davidson em «Paradoxes of irrationality», 1982, por exemplo.

<sup>xv</sup> Este problema acrescenta uma nota de melancolia e de utopia identitária a todas as biografias e autobiografias que são assim exercícios de descoberta do que não sou, apesar de ter realizado tal e tal coisa, e exercícios de descoberta de que o que sou é mais o que poderia ter sido ou que alguém foi.

<sup>xvi</sup> 1100a10.

<sup>xvii</sup> O paradigma da conduta prática adequada é o *phronimos*, aquele que possui uma sabedoria prática, *phronesis*, que lhe permite decidir e escolher a acção apropriada considerando as circunstâncias específicas de um dado momento.